

A NARRATIVIDADE DO LIVRO DE RUTE

Jaldemir Vitório

Introdução

A Bíblia – Palavra de Deus – chega às comunidades e às pessoas de fé em forma de literatura. Como literatura, tem a mesma fisionomia do que se poderia chamar literatura profana. Nada na Bíblia identifica-se como “linguagem celeste”, linguajar não humano. É o mistério da encarnação da Palavra. Deus fala a linguagem humana para ser entendido. Os seres humanos são desafiados a encontrar a Palavra de Deus revestida com palavras humanas.

O grande repto das comunidades de fé consiste em desentranhar a mensagem salvífica nas entrelinhas de um texto, ao mesmo tempo fácil e difícil. Fácil, pois, por meio de boas traduções disponíveis, pode-se ter acesso a textos bíblicos confiáveis. Difícil, por se tratar de um texto escrito num horizonte cultural e lingüístico muito distinto dos horizontes atuais. Para entendê-lo, requer-se um instrumental específico, apto a possibilitar o acesso à mensagem veiculada. Em outras palavras: só é possível chegar ao sentido do texto num processo de interpretação. Os textos bíblicos foram escritos para serem lidos e, por conseguinte, interpretados. Cada leitura faz brotar um manancial inesgotável de sentidos. Sem leitores e leitoras intérpretes – pessoas e comunidades –, os textos bíblicos permaneceriam letra morta. Lidos e interpretados, têm a força de se tornarem Palavra de Deus. Lidos sem o esforço de interpretação, limitam-se à materialidade da letra.

O objetivo deste artigo consiste em aplicar o método de análise narrativa ao livro de Rute. Este se presta muito bem para a finalidade por se tratar de uma narrativa breve e, ao mesmo tempo, como se verá, portadora de inesgotável riqueza literária. O ponto de partida serão os seis passos indicados por Daniel Marguerat. Trata-se de oferecer uma breve explicação sobre cada um deles e verificar como ocorrem no livro de Rute.

1. A intriga: como se articula o conjunto da narração?

A narrativa desenvolve-se em torno da “intriga”. É a organização dos componentes narrativos, garantindo uma trama desenvolvida com uma lógica clara, de fácil percepção pelo leitor. A intriga não pode ficar incompleta; deve encontrar um ponto de fechamento, onde o conjunto da narração se configura. A narração consistirá em compor os variados ingredientes – fatos, ações, diálogos, informações, caracterizações, conflitos – de forma a manter a atenção do leitor, ao se criar uma tensão narrativa que o leva a se interessar pelo desenrolar da intriga até o desfecho.

O narrador cria personagens, produz diálogos, inventa situações, monta esquemas, integra elementos, serve-se de inúmeros tipos de informações, dando-lhes unida-

de narrativa, na perspectiva da intriga. O narrador é *onipotente*: cria tudo quanto deseja e do modo como deseja, em função do projeto literário; é *onisciente*: conhece tudo e nenhuma informação necessária para o projeto lhe escapa; é *presciente*: nem mesmo o futuro está fora do âmbito de conhecimento; sabe o destino de cada personagem e o desfecho de cada situação. Conhece a identidade e o pensamento de cada personagem, por serem criações suas, em função da intriga.

A narração é feita de *intrigas episódicas*, microrrelatos ao interno do conjunto. Ao serem organizadas, formam a *intriga unificadora*, correspondente à totalidade da narração. A análise narrativa busca detectar a trajetória da *ação transformadora*, ou seja, como se dá a passagem da perda ao encontro, da carência à abundância, da derrota à vitória. A narração inicia-se estabelecendo um problema ou indicando uma carência para, em seguida, expor os passos dados para a solução ou a superação. Podem surgir empecilhos ou obstáculos, que retardam o desfecho, onde os problemas são solucionados e as carências, superadas.

A intriga do livro de Rute segue uma clara seqüência narrativa. A linha seguida pela ação transformadora é de fácil percepção.

O *prólogo* (1,1-5) introduz *o problema*. Uma família judaíta – um homem, a esposa e dois filhos –, vê-se forçada a migrar, fugindo de Belém de Judá, por causa da fome. Elimelec, Noemi, Maalon e Quelion fogem da “Casa do Pão”, significado popular do nome *Bet-lehem*, por falta de pão, para buscá-lo alhures. É uma ironia! Uma vez instalada no estrangeiro, nos campos de Moab, morre Elimelec e Noemi fica só com os filhos. Estes se casam com mulheres do lugar: Rute e Orfa. A condição de estrangeiras não é empecilho para os matrimônios. Dez anos depois, morrem Maalon e Quelion. Noemi vê-se só com as duas noras estrangeiras, fadada a ficar sem descendência. Haverá solução para esta carência, resultado do desaparecimento de todos os elementos masculinos? Ou Noemi deverá se conformar com a triste sina?

O *primeiro ato* (1,6-22) descreve a *volta para Belém*. A viuvez das três mulheres exige uma tomada de decisão. O que fazer? A judaíta Noemi, informada de ter passado o tempo de penúria no país natal, opta por voltar. A caminho (1,7), libera as noras para regressarem às respectivas casas maternas (1,8) e providenciarem novos casamentos (1,9). De início, ambas estão decididas a permanecer com a sogra. Esta procura convencê-las, com fortes argumentos, da conveniência de ficarem no país. Numa cena pungente, Orfa deixa-se convencer; Rute é implacável na determinação de acompanhar a sogra (1,14). Uma vez mais Noemi tenta fazê-la voltar a seu povo e a seu deus, a exemplo de Orfa (1,15). A opção de Orfa cria o contraste para a bela profissão de fidelidade e solidariedade de Rute se destacar (1,16-17). Noemi cede e as duas partem para Belém, onde são recebidas com emoção (1,19). A acolhida é insuficiente para diminuir a dor de Noemi, cujo nome significa “minha doçura”; queria ser chamada de Mara, “a amarga”. Pensava ter sido castigada por Shaddai, o Todo-Poderoso. Os sinais pareciam evidentes: partira com as mãos cheias e voltava de mãos vazias (1,21). Uma nota de cronologia serve de passagem para o ato seguinte: “Chegaram a Belém no começo da colheita da cevada” (1,22).

O *segundo ato* (2,1-23) trata do *encontro diurno de Booz e Rute, nos campos de cevada*. O narrador introduz o novo personagem, Booz (2,1), e retoma o fio da narração. Rute declara-se decidida a lutar pela subsistência. Dedicar-se-á à tarefa de respigar grãos, segundo o direito em voga, no tocante aos pobres, órfãos e viúvas (2,2). Com o beneplácito da sogra, parte e, “por acaso” (*miqrah*), vai respigar o campo de Booz. Os empregados informam Booz a respeito dela e da permissão dada para respigar na sua lavoura. Chama-lhes a atenção ser Rute uma trabalhadora incansável (2,7). Booz mostra-se benevolente em relação a Rute, apesar de ser estrangeira, em se tratando de uma pessoa de valor, como fora informado. Não lhe importa ser ela nora de uma parente próxima. Importam-lhe apenas as qualidades morais: “Fui muito bem informado a respeito do que fizeste pela tua sogra após a morte do teu marido” (2,11). Booz manteve-se imune do preconceito contra a estrangeira moabita. É todo atenção e cuidado, para além do esperado. Resultado: Rute leva para casa um *ephá* (= 45 litros) de cevada, fruto do esforço pessoal somado à generosidade de Booz (2,16-17). Um diálogo com Noemi permite-lhe cair na conta de quem, deveras, é Booz: um dos que têm direito de resgate (*goel*), em relação a ambas. Rute fala da benevolência de Booz e recebe da sogra a advertência de continuar a respigar na mesma lavoura, até o fim da colheita, por ser mais seguro, agregando-se ao grupo das empregadas (2,22). O narrador conclui com a afirmação de ter Rute ficado com as empregadas de Booz, durante a colheita de cevada e de trigo, e continuado a morar com a sogra (2,23).

O *terceiro ato* (3,1-18) refere-se ao *encontro noturno de Booz e Rute, numa eira*. É o clímax da narração. Tudo dependerá do acontecido naquela noite e da reação de Booz: aceitará a condição de *goel* e decidirá casar-se com Rute?

Noemi declara a obrigação de buscar a felicidade de Rute (3,1). Está de olho no *goel* Booz, sem ver problema em uma moabita aproximar-se de um judaíta, a não ser que se tome a declaração de 1,16 como ato de conversão e profissão de fé judaica de Rute: “O teu povo é meu povo, o teu Deus é meu Deus!” Noemi parece assumir a moabita Rute e se preocupar com o futuro dela. Arma uma arriscada artimanha para jogá-la nos braços de Booz e forçá-lo a se casar com ela, no exercício do direito de resgate, na condição de *goel* (3,9). A cena noturna na eira entre Booz e Rute é carregada de ambigüidade. É difícil conhecer com certeza os fatos acontecidos (3,7-15). Em todo caso, Booz aceita sem dificuldade assumir a responsabilidade e se dispõe a cumprir a obrigação legal, sobretudo, por reconhecer tratar-se de uma “mulher perfeita” (3,11 – *’es-het hail* – mulher de poder, de força, de valor), como é de conhecimento público. Todavia, entrevê um problema: outra pessoa é a primeira na lista dos detentores do direito de resgate sobre Rute e Noemi, por ser parente mais próximo. Urge respeitar o direito! Booz, um homem benevolente e generoso (2,8-9.14-16), agora se mostra submisso aos ditames da Lei: só se casará com Rute se o outro *goel* abrir mão de seu direito (3,12-13). E, mais, preocupado com a boa fama de Ruth, cuida para ninguém vê-la saindo da eira. Manda-a para casa bem cedo, “antes que as pessoas pudessem reconhecer-se umas às outras” (3,14), dando-lhe antes uma generosa porção de cevada (3,15). O clímax é retardado até o desfecho dos fatos, no âmbito jurídico, na manhã deste mesmo dia. A tensão narrativa permanece.

Rute volta para a casa da sogra e, apesar de ser ainda madrugada, informa-a sobre os acontecimentos. O ato conclui-se com Noemi tranquilizando Rute e aconselhando-a a esperar o desenrolar dos fatos. Uma coisa era certa: “O homem não vai descansar enquanto não encerrar esse assunto hoje mesmo” (3,18). Portanto, o ato seguinte terá a duração de um dia. Noemi parece conhecer bem o *goel*.

O *quarto ato* (4,1-12) alude à *conclusão do casamento, na porta da cidade*. Reveste-se de roupagem jurídica e transcorre em público, num lugar tradicional de resolução de pendências legais. Quando Booz chega e se senta, chega também o tal parente de Noemi. Convida-o a se sentar e convoca dez anciãos da cidade para servirem de testemunho do acordo a ser fechado (4,1-2). Booz, de maneira inopinada, levanta a questão do resgate de uma propriedade pertencente a Elimelec, colocada à venda por Noemi (4,3). Como sabia disso, se jamais houve contato dele com Noemi e nem ao leitor fora informado? Tratava-se, porém, de um problema real; caso contrário, a sessão do tribunal na porta da cidade seria mera encenação. Exposta a questão da terra pertencente a Elimelec, Booz propõe-lhe exercer o direito de *goel* ou abrir mão dele em favor do segundo *goel* – “Antes de mim não há outro redentor além de ti” (4,4). Embora tomado de surpresa, o primeiro *goel* dispõe-se a exercer o direito de resgate, sem se dar conta do conjunto das obrigações. Com o resgate da terra, deveria casar-se com a moabita Rute, para cumprir outra obrigação legal, a lei do levirato, “para restaurar o nome do falecido sobre este terreno” (4,5). Esta segunda condição desagradou-o, pois “estaria prejudicando os meus negócios” (4,6). Daí a decisão de abrir mão do direito de *goel* em favor de Booz, este, sim, disposto a resgatar a terra e cumprir a obrigação do levirato.

O narrador quebra o fio da narração para informar o leitor de uma antiga tradição legal de Israel (4,7), como explicação do gesto do interlocutor de Booz, no ato de fechar o acordo. “Disse, então, o primeiro *goel* a Booz: ‘Fica com ela!’ e tirou a sandália” (4,8).

Fechado o negócio, Booz fez o resumo dos fatos para os anciãos e “todo o povo” (4,9-10). Seguem o beneplácito dos anciãos e o do povo (4,11-12), com augúrios de bênçãos, evocando mulheres importantes do passado, por quem a casa de Israel foi edificada. A moabita Rute é colocada em pé-de-igualdade com as matriarcas israelitas do passado, sem a alegação de estrangeira.

O *epílogo* (4,13-22) gira em torno do *nascimento de Obed*. A narração caminha para o desfecho. Se faltava a Noemi um filho para suprir a falta dos maridos mortos no prólogo e lhes garantir a descendência, ei-lo! Booz cumpre a lei do levirato e se casa com Rute, que concebe um filho, fruto da bênção de Yahweh (4,13). Yahweh mostra-se benevolente com a moabita, tratando-a com a deferência concedida às israelitas. As mulheres da cidade cuidam de proclamar a bondade de Yahweh para com Noemi, garantindo-lhe um apoio na velhice, representado pelo recém-nascido filho de Rute. Uma declaração das mulheres exalta a figura de Rute: “Ela vale para ti mais que sete filhos!” (4,15). O versículo 16 deixa entrever Noemi assumindo o papel de mãe do filho de Rute. Booz e Rute saem de cena; Noemi e o menino ocupam-na. Noemi tem em mãos o objeto de seus anseios: um descendente para garantir a memória familiar. E Rute?

Duas informações do narrador concluem a narração (4,17). A primeira diz respeito ao nome do menino dado pelas vizinhas, exaltando a sorte de Noemi. Chamam-no Obed, “o servidor”. A segunda é de especial importância: “Ele foi o pai de Jessé, que foi pai de Davi”. No desfecho, o leitor dá-se conta da intenção do narrador: falar da genealogia de Davi, descendente de uma estrangeira.

2. Os personagens: quem são e como são identificados?

O narrador é um criador de personagens: dá-lhes nome e identidade; põe-lhes as palavras na boca; fá-los entrar e sair de cena quando quer e como quer; até mesmo os sentimentos são determinados pelo narrador. Cria tantos personagens quantos são necessários para o desenrolar da intriga. Ao inserir personagens históricos, trata-os de maneira livre. Servir-se de personagens da história e produzir uma narração com fundo histórico não significa produzir um texto de historiografia, no sentido moderno.

Os personagens estão a serviço do projeto narrativo idealizado pelo narrador. Encarnam a intriga num processo de interação com proximidade-distância de variados tipos: amizade-inimizade, benevolência-malevolência, confiança-desconfiança, intimidade-indiferença. A interação pode se dar em variados níveis, desde a relação superficial à relação profunda. Poderá estabelecer-se, entrecruzar-se, completar-se, romper-se, manter-se rompida ou restabelecer-se.

A análise narrativa detecta como o narrador caracteriza cada personagem em função do papel a ser desempenhado na narração. Importa perceber *como* se refere ao personagem, pois o modo como o trata predispõe de maneira positiva ou negativa o leitor em relação a ele. A arte da narração comporta este jogo psicológico.

A origem das informações sobre os personagens tem importância para a análise narrativa, que julga sua confiabilidade. Poderá provir de outro personagem, amigo ou inimigo, ou ser oferecida pelo narrador, que se posiciona em relação ao personagem positiva, negativa ou indiferentemente. Quando vem de um inimigo, urge suspeitá-la.

Existem duas maneiras de inserir os dados sobre os personagens. A primeira corresponde aos *enunciados intradieéticos*. São as falas dos personagens implicados na intriga onde se referem a outros personagens, sublinhando-lhes as qualidades e os defeitos, ou dando pistas para a sua identificação. A segunda corresponde aos *enunciados extradieéticos*. São as pistas para a compreensão dos personagens oferecidas por pessoas não implicadas na intriga. Em geral, o narrador é a fonte deste tipo de informação.

Apesar do esforço do narrador, os personagens com os respectivos modos de proceder estarão sempre carregados de ambigüidades. O leitor poderá sempre levantar questões. Por que agiu assim? Por que não fez assim? Se tivesse agido desta ou daquela forma, teria sido melhor? Qual o sentido de tal gesto? As respostas possíveis são muitas, dependendo do leitor. Nenhuma delas poderá ter a pretensão de ser a verdadeira.

Ao narrador compete apresentar os personagens da maneira conveniente e convincente. Ao leitor, a tarefa de captar a identidade dos personagens, até mesmo os dados oferecidos de maneira sub-reptícia pelo narrador.

Retomemos o texto de Rute para elencar os personagens, por ordem de entrada em cena, e descrever-lhes a identidade com os elementos oferecidos pela narração.

a) *Elimelec* é um efrateu, de Belém de Judá, casado e pai de dois filhos; a esposa chamava-se Noemi, e os dois filhos, Maalon e Quelion (1,1-2). Esta família viveu no tempo dos juízes, portanto, antes da monarquia (1,1). Elimelec é agricultor, proprietário de um pedaço de terra (4,3.9). Quando migra, num contexto de penúria, instala-se nos campos de Moab. Morre e sai de cena em 1,3. O desaparecimento já no início da narração indica tratar-se de um personagem sem importância. Entra na categoria de personagem coadjuvante. Não diz uma só palavra. As informações sobre ele vêm apenas do narrador.

b) *Noemi* é esposa de Elimelec, com quem partilha as características religiosas, étnicas, sociais e históricas. Saindo de cena o marido e os dois filhos, assume a posição de protagonista. A condição de viúva aparece já em 1,3. Ambos os filhos morrem também no início da narração, ficando só com as noras (1,5-6), sem filhos e sem marido, longe da terra natal. O papel preponderante na intriga será o de sogra; no final, aparecerá, de novo, como mãe (4,17). O modo de proceder revela-lhe vários elementos do caráter. Mostra-se livre em relação às noras, a quem propõe voltar para as respectivas famílias e recomeçar a vida. O diálogo inicial com as noras pode revelar-lhe um comportamento egoísta; tudo gira em torno dela e de suas expectativas (1,8-13). A presença das noras é desprovida de valor. A causa do sofrimento era a falta de filhos. Noemi é incapaz de ver como isto pode ser obviado por meio das noras estrangeiras. A chegada a Belém revela um componente depressivo da personalidade (1,20-21). Entretanto, a seqüência da intriga mostrará como foi capaz de superar a visão negativa da vida, com uma postura positiva e carregada de esperança. A orientação dada a Rute, para aproximá-la de Booz, é obra de uma pessoa esperta (3,3-4). A dedicação ao filho de Rute e Booz (4,16) pode ser identificada tanto como expressão de bondade quanto de egoísmo e ingratidão. Afinal, apoderou-se do filho alheio. A nora, colocada a serviço dos intentos da sogra, sem jamais ouvir uma palavra de agradecimento, acaba excluída da alegria da maternidade. Noemi tomou-lhe a vez.

Passa a impressão de não valorizar Rute e só se interessar por ela enquanto encarna a possibilidade de refazer a família, garantindo a descendência de Maalon, com quem era casada (4,10), e, por conseqüência, de Elimelec. Quando volta dos campos de Moab e a cidade vibra por causa delas, declara: “Na fartura fui-me embora, e o Senhor me fez voltar de mãos vazias” (1,21). O leitor conhece a realidade e está em condições de desmascarar Noemi. Ela partiu em tempo de penúria, para garantir a sobrevivência (1,1), e voltou trazendo consigo a solidária Rute, capaz de dar a vida para protegê-la. Não voltou de mãos vazias; nem foi de mãos cheias, como afirmou. Quando Rute declara a disposição de pedir permissão para respigar em algum campo a fim de garantir o sustento de ambas, a resposta de Noemi é “Vai, minha filha!” (2,2), sem lhe informar ser desnecessário pedir permissão, como Rute declarou-se disposta a fazer (2,2); a lei já previa esse direito para os empobrecidos. Quando Rute volta trazendo grande quantidade de cevada, então se mostra amável e preocupada com ela (2,18-22). Atitude interesseira? Será preciso, no final, as mulheres de Belém lembrarem a Noemi

o valor de Rute, “que te ama” (4,15). Outro questionamento sobre a relação de Noemi com as noras pode ser feito em torno da decisão de voltar sozinha para Judá. Queria dar liberdade às noras para recomeçarem a vida, sem o risco de colocá-las em situação difícil, pois apenas “ouvira dizer” (1,6) a respeito de Belém, sem conhecer a situação verdadeira? Tinha receio de voltar para Judá acompanhada de duas estrangeiras, devendo dar explicação ao povo do lugar? Ou a presença das duas ser-lhe-ia motivo de contínua lembrança da sofrida viuvez? A preocupação inconfessada era a de se ver livre das duas? Por que Noemi nada diz em resposta à belíssima declaração de solidariedade de Rute (1,16-17): apenas aceitou-a? Está irritada e ressentida? Está frustrada? O versículo seguinte descreve-a amargurada e incapaz de perceber a solidariedade da nora. Quando aconselha Rute a ficar com as empregadas de Booz (2,22), sem se misturar com os empregados, teria já a intenção de fazê-la casar com Booz, sem o perigo de se enamorar por algum jovem? Que expectativas nutre ao mandar Rute se preparar para passar a noite na eira com Booz? Qual a intenção, quando a ordena se embelezar para o encontro: apresentar-se como uma espécie de noiva? Ou ser atrativa, de modo a submeter o *goel* a uma tentação irresistível? Onde Rute poderia ter belas roupas e perfumes finos, se vivia na pobreza com a sogra? Por que Noemi não foi tratar pessoalmente com Booz a questão do direito de resgate? O plano colocava em risco a boa fama de Rute. Se o encontro com Booz fosse algo simples, poderia muito bem ter acontecido durante o dia. Ser à noite é indício de comportar segundas intenções? Quando Rute volta da noite passada na eira, Noemi a recebe como uma pergunta estranha – “Quem és tu, minha filha?” –, a mesma feita por Booz, como se fora uma desconhecida (3,16; cf. 3,9). Que resposta esperava? Como Rute poderia ter mudado de identidade a não ser tornando-se mãe, resultado de uma relação com Booz, ou sendo-lhe prometida em casamento? A intenção de Noemi seria a de buscar segurança para si, com o nascimento de um filho para Rute, sem o escrúpulo de instrumentalizar a nora estrangeira, tão solidária e prestativa? No horizonte, estava a questão da descendência, como uma idéia fixa?

Podem-se levantar questões noutra direção. Por que o narrador se poupa de fazer juízos negativos contra Noemi? Por que, no final, introduz uma festa para celebrar o nascimento do “filho de Noemi” (4,14-15)? Por que Yahweh haveria de abençoar o bom êxito de uma egoísta, cujos objetivos dissimulados foram atingidos servindo-se de uma ingênua estrangeira (4,14)? Se este fosse o caso, o narrador teria meios de denunciá-lo.

A ambigüidade de Noemi permanecerá ao longo da intriga. E o leitor está impossibilitado de elucidá-la.

c) *Maalon* e *Quelion* são filhos de Elimelec e Noemi, de quem partilham as mesmas características e a sorte de migrantes. Por um tempo ignorado, vivem a condição de órfãos, sob a tutela da mãe (1,3), até se casarem com mulheres moabitas (1,4), mostrando ser desprovidos de preconceitos étnicos ou religiosos. Morrem sem deixar filhos, após dez anos de estada nos campos de Moab (1,4-5). São caracteres indiferenciados, logo, não genuínos, a ponto de o narrador se omitir de indicar as respectivas esposas. Um pode fazer-se passar pelo outro. Só no final, um personagem falará de “Rute, a moabita” como “esposa de Maalon” (4,10). Têm uma presença meteórica na intriga, reveladora da condição de personagens secundários.

d) *Orfa* é moabita e esposa de um dos filhos de Elimelec e Noemi. Por exclusão, é possível afirmar ter sido esposa de Quelion. Dá mostras de cultivar laços de afeto pela sogra, com quem se dispõe a voltar para Belém de Judá (1,10). Mas, vencida pelos argumentos da sogra, decide-se regressar para a família (1,14). Pelo comportamento em relação à sogra e pela declaração da própria sogra – “Que Yahweh vos faça tanta bondade como fizestes com os falecidos e também comigo” (1,8) – é apresentada de maneira positiva. Sai de cena, já no início da narração, deixando espaço para Rute, em quem o narrador está interessado.

e) *Rute* é moabita e esposa de um dos filhos de Elimelec e Noemi. O narrador insiste na condição de estrangeira, designando-a muitas vezes como “moabita”. E a faz dizer: “Eu sou uma estrangeira” (2,10). As várias repetições da condição étnica de Rute podem apontar para o tópico da identidade desse personagem para o qual o narrador chama a atenção do leitor. A declaração de Noemi, em 1,8, vale também para ela. Com um gesto diferente ao de Orfa, é intransigente na decisão de acompanhar a sogra e partilhar-lhe a sorte e o destino. A resposta diante da insistência de Noemi para seguir o exemplo de Orfa revela-lhe a riqueza de caráter, a ser confirmada no desenrolar da narração (1,16-17). Mostra-se solidária, a ponto de dispor-se a se tornar judia e adoradora de Yahweh (1,16), abrindo mão da herança religiosa familiar, para estar junto da sogra. A solidariedade de Rute é radical e incondicional. Está decidida a acompanhar a sogra até a morte e ser sepultada na mesma terra (1,17), sem exigências ou contrapartida. Até o final persevera na solidariedade com a sogra, mesmo sem o devido retorno. Em nenhum momento, o texto alude à solidariedade de Noemi para com Rute; antes, apossa-se do filho de Rute como se fora seu (4,16-17). O começo e o fim da narração apresentam Rute desprovida de filhos, pela opção de ser solidária. Parece-lhe bastar a alegria da sogra, cuja única preocupação era a de garantir a descendência familiar.

Rute torna-se conhecida pela bondade (2,6.11; *hesed*: 3,10). Cabe a Booz revelar quem ela é: “Todo mundo na porta da cidade sabe que tu és uma mulher de valor (*'es-het hail* – 3,11)”, uma mulher perfeita. E colocá-la no mesmo nível dele, chamado pelo narrador de *gíbor hail* (2,1). A proclamação das mulheres, no final da narração, revela um dado da personalidade de Rute, descoberto no trato com a sogra: “Ela vale para ti (Noemi) mais que sete filhos” (4,15). É a expressão metafórica de sua bondade.

Rute é corajosa e empreendedora. Com destemor, vai à luta para garantir o sustento dela e o de Noemi (2,2-3.7). Os empregados de Booz e o narrador sublinham-lhe a invejável capacidade de trabalho (2,7.17.23). Tem senso de gratidão; reconhece a deferência de Booz, mesmo sendo estrangeira (2,10). É humilde a ponto de se considerar inferior às empregadas de Booz (2,13). Sabe juntar firmeza e docilidade: não cede aos argumentos da sogra, suplicando-lhe voltar para a casa materna (1,16-17); entretanto, submete-se à orientação de permanecer no campo de Booz (2,22-23), procura seguir as instruções da sogra ao se aproximar do *goel*, na noite passada na eira – “Tudo o que disseste eu farei!” (3,5) –, bem como as de Booz, preocupado com questões de precedência em relação ao direito de goelância (3,13-14).

Todavia, dá mostras de ingenuidade ao realizar, sem questionamento, o plano ariscado da sogra, mandando-a vestir-se como se fora prostituta e dormir com um des-

conhecido embriagado (3,7 refere-se a Booz “com o coração alegre”, ou seja, tinha bebido bastante álcool) e seguir os conselhos dele, com a alegação de se tratar de um *goel* (3,3-4). Foi crédula a ponto de aceitar a história contada pela sogra, sem pedir esclarecimentos. Se ficasse grávida e Booz se recusasse a assumi-la, a desonra seria só dela: ninguém testemunhara o fato, Booz era tido como homem de boa reputação e, sobretudo, ela era uma estrangeira. Quem haveria de acreditar na história contada por ela? Na escuridão da noite, Rute age com discrição e sem ambigüidades, evitando o papel de sedutora irresistível. Aproxima-se de Booz depois que ele estava dormindo e não ao se deitar, como havia dito Noemi (3,4). Cabe ao leitor imaginar os pensamentos passados pela cabeça de Rute; o narrador se omite de dizê-lo. Sem dúvida, o texto supõe da parte de Rute uma enorme coragem.

A esperteza de Rute pode ser detectada em 3,16. Quando Noemi lhe pergunta – “Quem tu és, minha filha?” –, quiçá desejosa de obter informações “picantes” do acontecido entre ela e Booz, limita-se a relatar os fatos por alto, sem satisfazer a curiosidade da sogra. Dá até mesmo a impressão de ter improvisado uma resposta para agradar a sogra, ao atribuir a Booz uma afirmação não ouvida dele (3,17). Outro sinal de esperteza poderia estar ligado à quantidade de cevada que respigou num dia de trabalho (2,17) e ofereceu a Noemi. Teria sido uma maneira prática de responder à afirmação da sogra de ter voltado “vazia” dos campos de Moab, embora a tendo consigo? (1,21). Noemi fora incapaz de perceber estar acompanhada por uma mulher de valor, em nada uma mulher imprestável.

A ação do personagem Rute traz a marca da grandeza ética. Permanece com a sogra para servir-lhe de arrimo. Respiga, sem descanso, para garantir-lhe o sustento. E, por fim, dispõe-se a se casar com Booz, com o fito de garantir uma descendência para a família de Elimelec e, por conseqüência, para Noemi. Em momento algum, dá mostras de agir por egoísmo ou por interesses inconfessados.

f) “*Toda a cidade*”, ou seja, todos os habitantes da cidade. São testemunhas da chegada de Noemi e Rute e intervêm como coro, com uma exclamação – “Essa aí não é Noemi?” (1,19) –, dando motivo para uma intervenção negativista (1,20-21). A exclamação é carregada de ambigüidade. Expressa alegria ou espanto? É positiva ou negativa? A volta é sinal de bênção ou de maldição?

g) *Booz*, com Noemi e Rute, formam o trio dos personagens centrais da narração. O narrador oferece informações sobre ele: é parente de Noemi, por parte do marido, do clã de Elimelec; é um homem de boa situação econômica (2,1); é agricultor (2,3); tem empregados (2,5). É desprovido de preconceito étnico-religioso: sendo Rute uma moabita, chama-a de “minha filha” (*bittî* – 2,8; 3,10) e a trata com amabilidade, (2,8-9.14-16.21; 3,15.17). É religioso e temente a Yahweh, cujo nome evoca (2,4.12; 3,10.13) e cuja lei procura respeitar, de maneira escrupulosa (3,12-13; 4,1-10.13). Cabe a Noemi revelar-lhe uma característica fundamental na dinâmica da narração: a condição de *goel*, em relação às duas viúvas (2,20); seu papel na intriga será o de resgatador, em conformidade com a lei judaica. É incerto o sentido do vocábulo *goel* – qual a função em relação a Noemi e Rute – nessa primeira ocorrência. No decorrer da narração, o conteúdo será esclarecido.

A narração apresenta-o, também, como crédulo e ingênuo. Acredita nas palavras de um dos empregados a respeito de Rute, sem pedir melhores explicações (2,6-7.11). Mostra-se paternalista em relação à moabita (2,14-16; 3,15). Aceita, sem hesitar, a condição de *goel*, acreditando na palavra de uma estrangeira. E, de imediato, se predispõe a dar os passos necessários para concretizar a responsabilidade (3,13). A narrativa deixa em suspense se ele, naquela mesma noite, tomou ou não Rute como esposa (3,9.14). Parece, porém, ter aceitado tudo com muita facilidade.

Booz é descrito como homem correto. Na sessão do tribunal à porta da cidade, procura ser o mais explícito possível com o primeiro *goel*. Expõe os termos da transação de maneira clara, embora misturando a figura do *goel* com a do *levir*; e se declara interessado em cumprir o papel de *goel*. “Se queres mesmo ser o *goel*, que o sejas, se não, declara-o, para que eu saiba” (4,4). Está fora de cogitação fazer trapaça com o primeiro *goel*. Foi honesto de sua parte levantar a questão do levirato. Os eventuais filhos de Rute, enquanto descendentes de Maalon, poderiam, no futuro, reclamar como propriedade pessoal a terra a ser resgatada pelo primeiro *goel*, se não fosse ele o marido de Rute. Estava em questão “restaurar o nome do falecido sobre este terreno” (4,5).

Um elemento ambíguo em relação a Booz consiste no motivo do interesse por Rute (2,5). Por que lhe chamou a atenção? Que elemento do caráter de Rute – altruísmo ou luxúria – está em jogo? Preocupações de ordem sexual estão presentes no texto, seja na orientação dada por Booz a Rute de ficar junto com as servas (2,8), seja na ordem dada aos empregados de não mexerem com ela (2,9). Estaria interessado em Rute para esposa, jovem estrangeira disponível (2,6), mesmo desconhecendo a condição de *goel*, a ponto de se preocupar para não ser molestada? Quando em 3,15 dá a Rute seis medidas de cevada, está se mostrando interessado em levar o caso até o fim e lhe dar mais uma medida, perfazendo sete medidas, número da plenitude, no sentido de: contente-se, agora, com seis medidas; logo lhe darei a sétima, metáfora do futuro casamento? A cena noturna na eira apresenta um Booz cheio de reserva e prudente, excluindo referências explícitas a relações sexuais; a narração contém um diálogo aberto e franco com Rute. É como se tivesse escapado da armadilha criada por Noemi, no sentido de forçá-lo a uma relação sexual irresponsável, da qual nasceria o tão desejado filho.

h) O *chefe dos empregados de Booz*. Tem uma intervenção rápida na intriga. Acolhe Rute na lavoura do patrão; percebe-lhe o comportamento e fala dela ao patrão, dando informações muito positivas (2,6-7).

i) O “outro” *goel* anônimo é introduzido na intriga para complicá-la. Booz chama-o de *pelonî ’almonî*, expressão com o significado de “fulano” (4,1). Sendo do mesmo vilarejo, é admirável desconhecer o nome dele. Na narração, o *goel* prioritário caracteriza-se como detentor de um direito de resgate (4,3) do qual abre mão, quando se dá conta de todas as implicações (4,5-6).

j) *Os dez anciãos da cidade* atuam como juízes na pendência entre Booz e o *goel* anônimo, na condição de testemunhas qualificadas (4,2.9). Por outro lado, exercem a surpreendente função de profetas ao fazer uma leitura da história da Rute à luz da fé (4,11-12).

k) O *povo*, presente ao diálogo entre os dois *goelim*, participa como testemunha e, com os anciãos, tem uma função profética (4,11-12).

l) O *filho* de Booz e Rute (4,13), Obed (4,17), é o personagem apenas aludido, para o qual toda a narração se encaminha, por simbolizar a esperança de descendência, num contexto de viuvez e ausência de filhos. As mulheres reconhecem-no como *goel* de Noemi (4,14) e, mais, “consolador e sustento de tua velhice” (4,15). O narrador identifica-o como “pai de Jessé, pai de Davi” (4,17).

m) As *mulheres*, com o louvor a Deus, atuam como profetisas (4,14-15). Poderiam estar subentendidas em 1,19, onde o original hebraico contém – “Elas diziam...” – quando o sujeito de referência é “a cidade inteira”, no original, singular masculino?

n) As *vizinhas* são inseridas no final da narração com a estranha função de dar nome ao filho de Rute e Booz (4,17). Desconhecem a relação do recém-nascido com a questão do levirato. Segundo a lei (Dt 25,6), a criança deveria receber o nome do primeiro marido de Rute, Maalon. O nome dado, Obed, expressa a função de arrimo de família e de *goel* a ser exercida em relação a Noemi (4,15). Com isto, os nomes de Eli-melec e Maalon poderão ser, com facilidade, descartados da genealogia, inserida a seguir (4,18-22), de modo a recuperar a presença de Booz e Rute na genealogia davídica. A família de Noemi fica de fora.

O leitor dá-se conta da presença discreta de um personagem: Yahweh ou Shaddai (1,20.21). Uma única ação é referida a ele em 4,13: dar a Rute a graça de conceber um filho. Em 1,6, fala-se da ação de Yahweh, porém, fora da intriga. O nome Yahweh ocorre em fórmulas tradicionais de saudação – “Que Yahweh esteja convosco” – com a resposta – “Que Yahweh te abençoe” (2,4); em fórmulas de bênçãos (1,8-9; 2,20; 3,10; 4,14); em fórmula de imprecação (1,17). Algumas referências a Yahweh parecem remeter à teologia da retribuição (1,13.17.21; 2,12).

No decorrer da leitura, o leitor perceberá o peso de cada personagem na intriga e saberá se se trata de um personagem central ou secundário. A importância é dada por variados indícios: entradas e intervenções em cena, conteúdo das ações e das falas, tempo de permanência na intriga, destaque recebido do narrador (extradieético) e dos outros personagens (intradieético).

Na história, Rute aparece mais em cena que Noemi e jamais fala da sogra para outras pessoas. Mas o leitor vê tudo começar e terminar com uma conversa entre Noemi e Rute, onde a sogra dá orientações à nora. Noemi age nos bastidores para resolver o problema pessoal da garantia de descendência, em torno do qual gira a intriga. Nada disto tira de Rute a condição de heroína. O narrador descreve-a como a grande personagem da intriga. A atenção do leitor volta-se, em primeiro lugar, para ela.

Excetuando o juízo de valor a respeito de Booz (2,1), o narrador furta-se de emitir opinião pessoal (enunciado extradieético) a respeito dos personagens. O mesmo vale para a intimidade dos personagens. Estes dão a conhecer a si mesmos e aos outros no decorrer dos diálogos (enunciado intradieético) e pelo modo de proceder. Caberá ao leitor construir a identidade dos personagens pela leitura atenta das palavras trocadas entre si e pela análise das ações, sem contar com pistas dadas pelo autor.

3. A focalização: como fatos e personagens entram na mira do narrador?

O narrador, na seqüência da intriga, focaliza as cenas de variadas maneiras, determinando o modo como o leitor deverá posicionar-se em relação aos personagens e aos fatos narrados. Cabe ao leitor construir na mente a cena narrada na proporção do foco indicado pelo narrador. O narrador determina o modo como o leitor construirá a cena descrita. Do leitor, exige-se docilidade para se deixar guiar. Este é um pressuposto da leitura. Se o leitor se insurge contra o narrador, questionando-lhe a maneira de focalizar – de construir a narração –, a leitura tornar-se-á impossível. Se o leitor é incapaz de captar, com exatidão, o que o narrador quis dizer, a leitura tornar-se-á capenga, por não corresponder à narração. Se o leitor vai além do indicado, a leitura será aleatória, saindo dos trilhos fixados pelo narrador. O leitor é instado a acompanhar com precisão o jogo de focalização da narração.

A focalização pode ser de três tipos:

a) *Focalização zero*: é a visão tão ampla a ponto de abolir os limites exatos de tempo e de espaço. É a tomada em grande angular.

O livro de Rute contém focalizações deste tipo. 1,1-5: “Migrou com a mulher e os dois filhos... Morreu Elimelec, marido de Noemi. Ficaram só ela e os dois filhos. Estes se casaram com mulheres moabitas... Ficaram morando nesse lugar cerca de dez anos. Morreram também os dois filhos, Maalon e Quelion. A mulher ficou só, sem filhos e sem marido”. 2,17: “Ela respigou naquele campo até o entardecer”. 2,23: “Ela ficou junto com as empregadas de Booz até terminar a colheita da cevada e a colheita do trigo”. 3,6: “Desceu para o terreiro e fez tudo conforme a sogra lhe tinha mandado”. 4,13: “Booz casou-se com Rute, tornando-a sua esposa. Eles se uniram e, com a graça do Senhor, ela ficou grávida e deu à luz um filho”. 4,16: “Noemi... passou a cuidar da criança”.

b) *Focalização externa*: corresponde ao que o leitor “vê” na narração. São as cenas descritas pelo narrador com detalhes, a serem imaginadas pelo leitor. Correspondem às tomadas em “close”.

O narrador de Rute privilegiou este tipo de focalização. A sucessão de diálogos entre os vários personagens, ao perpassar o conjunto da narração, permite ao leitor visualizar a seqüência da intriga. Em alguns casos, até mesmo o sentimento dos personagens. 1,9: “Elas (Orfa e Rute) puseram-se a gritar e chorar, dizendo: ‘Não! Nós voltamos contigo para junto do teu povo!’” 1,14: “Elas puseram-se a gritar e a chorar de novo”. 1,18: “Vendo que Rute se obstinava a acompanhá-la, Noemi parou de insistir”. A focalização de 1,8-18 permite ao leitor captar o dramatismo da cena, como se estivesse presente. Outra explosão de sentimentos dá-se em 1,19-21: “A cidade inteira vibrou por causa delas”. O narrador apresenta em “close up” a dor de Noemi contrastada com a alegria dos concidadãos.

A focalização do diálogo entre Booz e Rute (2,8-13) é formidável. A bondade do judaíta Booz, livre de preconceitos em relação a uma estrangeira, somada ao senso de gratidão e de humildade da moabita Rute, saltam aos olhos do leitor. Também o encontro noturno entre Booz e Rute, na eira, com o detalhe do calafrio, quando ele, no meio

da noite, deu-se conta de uma presença feminina junto de si (3,6-15). Outra focalização interessante diz respeito à correção de Booz na solução do problema ligado ao direito de resgate (4,1-10). O narrador inclusive oferece ao leitor uma informação, de modo a poder captar, da melhor maneira possível, o sentido de um elemento da narração (4,7).

c) *Focalização interna*: É o recurso pelo qual o narrador permite ao leitor captar elementos da interioridade do personagem. O foco da narração volta-se para a intimidade de quem está em cena, revelando o que se passa aí.

Este tipo de focalização é rara no livro de Rute. Quiçá, um exemplo possa ser aduzido: 3,14 – “E ele disse: ‘Não se saiba que a mulher veio à eira’”. Esta é a tradução literal, cujo sentido, no contexto, é incerto. Para entendê-lo como focalização interna, é preciso tomar o versículo no sentido de o narrador estar dizendo ser este o pensamento de Booz: “Ele pensava consigo mesmo...” “Ele dizia para si mesmo...”

4. A temporalidade: que indicações são oferecidas para situar a narração no tempo?

A narração é toda tecida de temporalidade e espacialidade, que possibilitam o desenrolar da ação. Fora do tempo inexistente ação humana. A narração define-se como uma sucessão de ações ligadas entre si, no tempo. Sem este elemento, é impossível falar em narração.

A narração comporta dois tipos de tempo:

a) O *tempo da história narrada (temps raconté)*. Conta-se pelas unidades de tempo: minutos, horas, dias, anos. Ao longo da narração, o narrador oferece indicações cronológicas para situar no tempo os personagens e as ações implicados na intriga. Sem elas, a narração tornar-se-ia abstração.

A narrativa de Rute é situada temporalmente: “No tempo em que governavam os juízes” (1,1). O leitor implícito é convidado a situar a história no período pré-monárquico. No final da leitura, reconhecerá a importância desta indicação: o narrador tinha em mente o rei Davi, cujas origens queria esclarecer. Por isto, a história deveria situar-se antes do advento da monarquia, no período dos juízes. O tempo dos juízes evoca um momento da história onde Israel tendia à infidelidade, afastando-se do Senhor. Tempo de guerra e de violência! Só à custa de castigo, o Senhor fazia o povo arrepender-se e voltar a ser fiel. No tempo dos juízes, quem era *gíbor hail*, estava destinado a atividades militares (Jz 6,12; 11,1); aqui, o *gíbor hail*, Booz (2,1), está destinado a ser um exemplo de generosidade e retidão.

Outras indicações temporais ocorrem ao longo da narração. “Ficaram morando nesse lugar cerca de dez anos” (1,4). “Elas chegaram a Belém no começo da colheita da cevada” (1,22). “Na hora do almoço” (2,14). “...até o entardecer” (2,17). “...até terminar a colheita da cevada e a colheita do trigo” (2,23). “Esta noite...” (3,2) “Pelo meio da noite... passe a noite aqui até o amanhecer... permaneceu até o amanhecer... ainda escuro, antes que as pessoas pudessem reconhecer-se umas às outras” (3,8.13.14).

“Hoje...” (2,19; 3,18; 4,9.10.14). A realização de alguns atos é esperada para o futuro (1,17; 2,21; 3,13).

A nota inserida em 4,7 supõe o leitor implícito vivendo num tempo muito distante daquele onde o narrador situou o texto (1,1).

O tempo da história narrada, em Rute, comporta quatro momentos fortes: o dia da volta dos campos de Moab para Belém, o dia da respiga nos campos de Booz, a noite e a manhã passadas na eira de Booz e o dia da resolução da pendência jurídica.

b) O *tempo da narração (temps racontant)*. Corresponde ao tempo empregado para descrever as cenas. Conta-se pela quantidade de palavras, frases, páginas. O narrador trata com mais vagar certos elementos, concedendo menos tempo a outros.

No livro de Rute, chama a atenção o tempo empregado nos diálogos entre os vários personagens, setenta por cento dos oitenta e cinco versículos. Todos os momentos importantes da intriga ocorrem em contexto de diálogo; existem diálogos supostos, sem serem reportados (1,6; 2,7.11; 3,11.17). O tempo empregado varia de um diálogo para outro. O diálogo entre Noemi e as duas noras (1,8-17) supera em tamanho os dois diálogos entre Booz e os empregados (2,4-7.15-16). Os vários diálogos entre Noemi e Rute concentram-se nos três primeiros capítulos do livro, estando ausentes no último capítulo. Os muitos diálogos onde Booz está implicado denotam-lhe a importância na narração, pelo tempo gasto com ele. A partir do segundo capítulo, far-se-á presente até o fim da narração. O curto tempo gasto com os outros personagens é indício da importância secundária, por serem personagens coadjuvantes.

A temporalidade articula-se em dois registros: a ordem e a velocidade.

a) A *ordem*. O narrador serve-se de dois artifícios de temporalidade para correlacionar os fatos e os personagens da narração. *Analepse* é a volta ao passado; *prolepse* é a projeção para o futuro. São duas formas de ruptura da cronologia da narração – *anacronia* –, gerando um descompasso entre a ordem da narração como um todo e a da história narrada naquele momento particular.

O livro de Rute comporta ocorrências destes fenômenos narrativos. Exemplos de *analepse*: 1,22 resume o conteúdo do cap. 1, assim como 2,23 resume o conteúdo do capítulo 2. 2,21 reporta-se a 2,8-9, mesmo se as palavras atribuídas por Rute a Booz – “Junte-se aos meus empregados” (2,21) – diferem de 2,8 – “Junte-se às minhas empregadas”. 3,6: “Desceu para a eira e fez tudo como a sogra lhe tinha mandado” alude a 3,3-5. 3,16: “Rute contou-lhe tudo que esse homem fizera por ela” remete ao narrado antes. 3,17: “Ele me deu estas seis medidas de cevada dizendo-me: ‘Não deves voltar de mãos vazias para a casa de tua sogra’” alude a algo implícito em 3,15; conforme a narração, Booz não fez esta declaração. Rute está querendo agradecer Noemi ou o narrador quis inserir aqui as palavras de Booz? 4,1: “Quando o *goel* de que tinha falado foi passando...” alude a 3,12: “...existe, porém, um *goel* mais próximo que eu”. Exemplos de *prolepse*: 1,6 funciona como prolepse, no sentido de antecipar quanto será narrado ao longo do capítulo 1; da mesma forma 2,3 antecipa o conteúdo do capítulo 2. O sumário proléptico do capítulo 3 encontra-se no v. 6: “...e fez tudo quanto sua sogra havia

ordenado”, apontando para ações futuras de Rute, mesmo sem ter seguido com exatidão as instruções recebidas. Em 3,2, Noemi antecipa as ações de Booz naquela noite. Fica a questão: donde Noemi obteve informações a respeito da presença noturna de Booz na eira para abanar a cevada? 3,4: “Ele te dirá o que deves fazer” antecipa as ações de Booz em 3,12-13. 3,18: “O homem não vai descansar enquanto não encerrar este assunto hoje mesmo” antecipa o conteúdo do capítulo seguinte, como se Noemi conhecesse os pensamentos de Booz. As mulheres antecipam o destino do filho de Rute em relação a Noemi: um *goel* destinado a restaurar-lhe a vida e sustentá-la na velhice (4,14-15). A narração conclui-se com uma prolepse evidente: “Ele foi o pai de Jessé, que foi pai de Davi” (4,17). Se a intriga acontece “no tempo em que governavam os juízes” (1,1), o narrador onisciente antecipa o futuro.

A “profecia” dos anciãos em comum com o povo (4,11-12) integra ambas, analepse e prolepse. Em relação a Rute, evocam-se duas mulheres do passado (analepse) – “Raquel e Lia, as duas que construíram a casa de Israel” –; quanto a Booz, olha-se para o futuro (prolepse) – “Faças fortuna... Sejas famoso... A descendência que terás desta jovem” – e para o passado-futuro – “Tua casa seja (prolepse) como a casa de Farés, filho que Tamar deu a Judá (analepse)”.

b) *A velocidade*. O narrador pode deter-se na descrição de uma cena, sendo longo e minucioso, enchendo páginas e páginas. Noutra, um só parágrafo poderá resumir várias ações e abarcar um vasto período de tempo. *Elipse* é quando se passa em silêncio um período. É a velocidade máxima! A elipse funciona como um princípio de economia narrativa.

Pode-se perceber esse fenômeno literário no livro de Rute. Os primeiros quatro versículos abarcam um período de dez anos, como está indicado pelo narrador (1,1-4). No diálogo entre Noemi e as duas noras, a narração segue devagar (1,8-17). A viagem dos campos de Moab a Belém é feita em meio versículo (1,19). Os episódios do primeiro dia de Rute recebem grande atenção, contados em velocidade lenta (2,3-16). Já o resumo de toda uma jornada de trabalho é feito num único versículo (2,17), bem como a fadiga ao longo de duas colheitas (2,23). Os fatos sucedidos na noite passada por Rute na eira de Booz ocupam todo o capítulo 3. Os mesmos fatos são referidos em meio versículo, em 3,16. A querela judicial na porta da cidade é contada em velocidade lenta (4,1-13). Segue-se um versículo em alta velocidade: casamento, gravidez e nascimento de um filho (4,12). Caminhando para o final, o narrador faz um compacto de cenas: a intervenção das mulheres em relação a Noemi, o cuidado de Noemi em relação à criança, a iniciativa das vizinhas de dar um nome à criança e a prolepse final. Tudo isto ocupa três versículos (4,14-17).

Retomemos 3,6-15, onde se narra o encontro noturno entre Booz e Rute com velocidade bem reduzida. O leitor tem tempo para imaginar, sem pressa, os elementos da narração. O v. 8 contém uma indicação temporal: “À meia-noite”, para indicar a ambivalência dos acontecimentos entre Booz e Rute, coisas apenas sugeridas, a exigirem do leitor certa dose de inventividade. Já o fato de Rute estar ali, naquela situação arriscada, por orientação da sogra, é algo de difícil compreensão. Rute parece movida, apenas, pelo interesse em satisfazer o desejo da sogra, garantindo-lhe uma descendência.

Booz parece ter importância enquanto *goel*, excluindo-se outras considerações. Se Rute estava interessada em ter um filho é uma incógnita. Na contramão das instruções da sogra – aproximar-se de Booz, quando ele se deitasse (3,4) –, Rute aproxima-se, quando já dormia. As coisas seguem uma direção diferente da programada por Noemi. Qual o motivo do calafrio de Booz, no meio da noite? Não foi por causa de Rute, pois já estava ali há mais tempo. Rute identifica-se como sendo *'amateka* (tua esposa ou futura esposa; cf. *'amah* – 1Sm 25,14; 1Rs 1,17) e não como *na'arah* (2,8 – empregada), como era de se esperar. Sem nenhuma explicação, dá ordem para Booz consumir o direito de resgate. A atitude de Booz fica implícita. O narrador omite-se de fazer uma afirmação clara. O vocábulo *pés* (3,7.14) poderia ser entendido como eufemismo de órgãos genitais masculinos? (Ex 4,25; 2Sm 11,8; Is 7,20). O leitor tem a sensação de ter Noemi empurrado Rute para uma relação sexual. Booz, por sua vez, declara: “Minha filha, não te preocupes, tudo o que disseste eu farei” (3,11). Como um judaíta se submete com tanta docilidade a uma moabita, quando a lei de Moisés era omissa em relação a tal tipo de goelança? Booz parece estar ciente do caso, a ponto de saber da precedência de outro *goel* (3,12). Antes de Rute partir bem cedo (3,14), manda-a tirar o xale do ombro e o enche com uma porção generosa de cevada (3,15). Este gesto tinha valor simbólico, apontando para uma eventual gravidez de Rute? As perguntas são muitas. A velocidade lenta da narração permite ao leitor elaborar as próprias respostas, desprovido de pistas oferecidas pelo narrador.

Exemplo de *elipse* encontra-se em 2,7. Rute pede permissão para respigar. Em seguida, fala-se dela no ato de respigar sem fazer referência à permissão dada. Entre os vv. 13 e 14 do capítulo 2, parece haver uma elipse. O leitor espera, em vão, uma resposta de Booz à demonstração de humildade de Rute. Nada se diz do momento em que Rute se deita aos pés de Booz até quando ele se desperta. Ao leitor a tarefa de completar as informações omitidas. A economia narrativa do autor apela para a criatividade do leitor.

Fora da elipse, o narrador pode também recorrer à economia narrativa. Um claro exemplo diz respeito à propriedade de Elimelec em Belém. Falta a informação do motivo pelo qual o campo não foi vendido, quando da migração para Moab. O leitor pode perguntar-se pela situação do campo na ausência de Elimelec. Por que Noemi e Rute não trabalharam na propriedade da família, de modo a viver da colheita, preferindo lançar mão do direito de respigar, concedido aos empobrecidos? São todas questões sem interesse para a dinâmica da ação. Se fossem importantes, o narrador ofereceria elementos para responder a elas.

5. O contexto: em que pano de fundo a narração é projetada?

A narração insere-se em contextos preparados pelo narrador, a serem detectados pelo leitor. Correspondem às circunstâncias de tempo, lugar e ambiente social, onde a intriga se desenrola. O contexto pode ter valor factual ou metafórico. O contexto factual é indicado por um dado objetivo: quando acontece a ação, onde, qual a condição social dos personagens. O contexto metafórico opera para além da realidade espaço-temporal e social. Importa, pois, percebê-lo e interpretá-lo da forma correta. Uma mon-

tanha pode servir de contexto factual ou metafórico para uma narração. Uma ação pode acontecer ao meio-dia, no sentido cronológico ou no sentido metafórico.

O narrador pode privilegiar um ou outro elemento do contexto. O elemento tempo pode ser determinante em certas narrações; noutras, o elemento espaço; noutras, o ambiente social. Existem contextos que abarcam a totalidade da intriga; outros servem apenas para as subintrigas.

Os contextos cronológicos e geográficos são de fácil identificação, por serem indicados com clareza. A configuração do contexto social exige mais atenção do leitor. Deverá captá-lo a partir das indicações do lugar onde a ação acontece, dos dados referentes aos personagens e, até mesmo, das suas palavras. O recurso à crítica histórica pode ser indispensável, pois o contexto social comporta elementos da cultura, da história, do direito, da religião, da economia e outros.

O narrador de Rute soube construir muito bem o contexto da obra em termos de tempo – “Quando governavam os juízes” (1,1) – e em termos de espaço – Belém de Judá e campos de Moab (1,1.22), a porta da cidade (4,1.11). O contexto cronológico do segundo ato (cena diurna) tem apenas valor temporal. O contexto cronológico do terceiro ato (cena noturna) tem valor cronológico e metafórico. Os fatos sucedidos na eira, durante a noite, são obscuros; é impossível reconstruir o conjunto dos fatos ocorridos. Quanto ao contexto social, o narrador teceu-o com vários eixos temáticos. Ei-los:

a) *O eixo feminino*: A participação das mulheres é uma forma de enquadramento da intriga. Aparecem homens, mas a história é de mulheres. Elas estão em condições de fazer história, tanto judaítas quanto estrangeiras. Além de Noemi e Rute, bem destacadas, a presença das mulheres na cena final é proposital (4,14-17).

O narrador insiste na condição étnica de Rute, cognominada “a moabita”. O étnico subentende o religioso: era estrangeira e pagã. Desde a inserção na intriga, o leitor já sabe tratar-se de uma moabita, porém se insiste neste aspecto (1,22; 2,2.6.21; 4,5.10). O narrador pensa o feminino de maneira bem concreta. Por isto caracteriza a heroína como mulher estrangeira e pagã, de alto gabarito moral, solidária com a sogra israelita.

Ainda ligado ao eixo feminino está o tema da viuvez. Noemi e Rute são viúvas de fibra e impolutas. Booz declara a correção da viúva Rute (3,10). O narrador mostra como as viúvas, em meio a contratempos, no final das contas, vencem. Yahweh está do lado delas (4,14), mesmo sendo estrangeiras, como a moabita Rute, sem fazer acepção de pessoas (4,13).

b) *O eixo matriarcal*. Vários elementos femininos da tradição histórica de Israel estão presentes no pano de fundo do livro de Rute, de modo a fazê-la despontar como nova matriarca. Os leitores implícitos, de tradição judaica, haveriam de compreender. A cena noturna na eira, quando Rute se aproxima de Booz embriagado, em busca de garantir uma linhagem para Noemi, evoca as artimanhas das filhas de Ló (Gn 19,30-38). O expediente sugerido por Noemi a Rute para se aproximar de Booz, em contexto de lei do levirato, recorda Tamar buscando garantir descendência para o falecido mari-

do (Gn 38). As mulheres de Belém desejam a Booz “que tua casa seja como a casa de Farés, filho que Tamar deu a Judá” (4,12), depois de terem desejado que Rute seja “como Raquel e Lia, as duas que construíram a casa de Israel” (4,11).

c) *O eixo econômico*. O tema do empobrecimento é um componente do contexto do livro de Rute. Duas são as causas: a primeira deve-se a uma grande estiagem, com a conseqüente fome generalizada (1,1-2); a segunda, à morte dos elementos masculinos da família, deixando à deriva os elementos femininos (1,3.5).

Os empobrecidos não cruzam os braços. Procuram os meios de superar a situação. No primeiro caso, a migração para o estrangeiro, em busca de sobrevivência, mesmo devendo abandonar a propriedade familiar, é a solução encontrada. Elimelec migra com a família para os campos de Moab. No segundo caso, as empobrecidas – mulheres, viúvas, sem filhos, uma estrangeira – recorrem ao direito dos empobrecidos de respigar o campo alheio (Lv 19,9-10; 23,22; Dt 24,19-22) e de ter um redentor – o *goel* (Lv 25,25) –, representado por um parente próximo (Lv 25,49).

d) *O eixo familiar*. O livro de Rute é uma história de várias famílias: Elimelec e Noemi, Maalon/Quelion e Orfa/Rute, Booz e Rute. Famílias desfeitas pela morte. Família recomposta pelo exercício da lei do levirato. Famílias com filhos e famílias sem filhos. Ocorre uma rica linguagem familiar: marido, mulher, pai, filhos, sogra, nora. A mãe que no início da narração perdera dois filhos (1,5), no final, recupera a alegria da maternidade (4,16-17) e a garantia da descendência. Fala-se em casamentos e direitos de família, como é o caso do levirato (Dt 25,5-10). Parentes devem assumir a função de *goel* em relação a familiares empobrecidos. Ao darem nome ao filho de Booz e Rute, as vizinhas agem como se fizessem parte da família ampliada, pertencendo Obed a toda a comunidade, não apenas a “Noemi”. O substrato familiar é, como se percebe, consistente na narração.

e) *O eixo jurídico*. O contexto jurídico tem uma conotação particular: os empobrecidos conhecem seus direitos e os fazem valer. A moabita Rute age como judaíta, exercendo o direito de respigar concedido aos empobrecidos pela lei de Moisés (2,2). Só não fora informada ser desnecessário pedir permissão ao dono do campo para respigar. Exerce o direito com tanta garra, a ponto de chamar a atenção dos ceifadores (2,7). Noemi bate-se pelo direito de goelância, identificando o *goel* e tomando as providências para efetivá-lo, também em relação à moabita Rute (3,2-4). Booz põe em prática a intuição de Noemi (3,4.18), colaborando para a prevalência do direito dos empobrecidos, permitindo a Rute respigar o campo de cevada e de trigo e tomando providências para a solução da querela em torno do dever de goelância e do levirato segundo a lei (4,1-8). A lei do levirato é aplicada com duas particularidades, ausentes da lei de Moisés: o dever não é exercido por um cunhado da viúva (irmão do marido defunto), mas por um parente qualquer; o dever é exercido em relação a uma estrangeira. Limitada aos cunhados, a lei do levirato ficaria excluída; Maalon e Quelion eram filhos únicos. Um detalhe importante no comportamento de Rute é observado por Booz: fiel à lei de Moisés, Rute não sai à procura de um jovem marido qualquer (3,10) e, sim, se dispõe a casar-se com quem a lei indica: aquele a quem cabe exercer o dever do levirato. Um problema jurídico coloca-se em 4,3: como Noemi poderia colocar à venda (*ma-*

kar) a propriedade de Elimelec se, em Israel, as mulheres estavam excluídas do direito de propriedade? Estaria vendendo apenas o usufruto e não a propriedade ou estaria se baseando em Nm 27,1-11; 36,1-12, onde a mulher pode herdar, quando não tiver filhos? O cap. 4 introduz uma novidade jurídica ao condicionar o resgate da terra ao casamento com a viúva do proprietário, para garantir-lhe a descendência. Em 4,3, Booz começou falando da terra, quando bastaria o casamento com Rute, em cumprimento da lei do levirato, para a terra permanecer propriedade da família de Maalon. A questão do casamento ficou em segundo lugar (4,5). Enfim, o narrador alonga-se ao tratar da sessão do tribunal na porta de Belém, dando ao leitor implícito uma pista para entender a narração (4,1-12).

f) *O eixo rural*. O ambiente rural da narração é um dado importante. Elimelec com a família parte do interior de Judá, Belém, e vai para os campos de Moab. Noemi e Rute voltam e se instalam em Belém, onde se desenrola todo o resto da narração. O texto refere-se a colheita de cevada e de trigo (1,22; 2,23), a joeirar a cevada na eira (3,2), a trabalhadores rurais (2,4-5.8.15), a respiga (2,2.7.15-19), a venda de terreno (4,3), a direito de resgate de terra (2,20; 3,9.13; 4,1-6), transação de resgate (4,9-10). O centro geográfico da narração é ocupado por Belém, cidade do interior, e por famílias rurais da região.

g) *O eixo davídico*. A figura de Davi faz-se presente nas entrelinhas da intriga. A narração começa e termina em Belém de Judá, onde nasceu o grande rei. A fórmula de bênção dirigida a Booz – “Que faças fortuna em Éfrata e sejas famoso em Belém” (4,11) –, evoca Davi, cujo nome está ligado à cidade de origem. O versículo conclusivo – “Ele foi o pai de Jessé, que foi pai de Davi” (4,17) – é indubitável. Com ele, o narrador oferece uma pista para a compreensão do conjunto da narrativa: tudo quanto dissera tinha a ver com o passado de Davi. Explica-se, assim, a presença de Belém na contextualização geográfica.

h) *O eixo teológico*. Apesar de o vocábulo Yahweh ocorrer dezoito vezes na narração, o substrato teológico é muito discreto. Uma única vez Yahweh é referido como autor de algo implicado na intriga (4,13). Em momento algum a narração se reporta a elementos culturais ou a lugares de culto. O componente teológico insere-se nas tramas da história, lugar da experiência de Deus.

Chama a atenção a forma como Yahweh se faz presente na vida de Rute. A declaração de fidelidade a Noemi é formulada segundo o esquema da Aliança entre Yahweh-Israel: “O teu povo é o meu povo, o teu Deus é o meu Deus” (1,16; cf. Jr 31,33; Ez 36,28; 37,27; Os 2,15). Esta adesão tácita de Rute ao Deus de Israel é confirmada por Booz, ao declarar: “Que o Senhor te pague pelo que fizeste, que seja integral a recompensa que há de receber do Senhor, *sob cujas asas vieste a te abrigar*” (2,12; cf. Sl 57,2; 61,5; 91,4). Tem, pois, sentido o narrador reconhecer o fato de Rute ficar grávida e dar à luz um filho “com a graça de Yahweh” (4,13). O Deus de Israel deu mostras de fidelidade a quem lhe foi fiel.

Um elemento importante, presente no prólogo e no epílogo, diz respeito ao contexto étnico-religioso. Judaítas e moabitas convivem sem tensões nem preconceitos. Uma família judaíta é bem recebida nos campos de Moab (prólogo); uma moabita é bem

recebida em Belém de Judá (epílogo). Os casamentos acontecem, dispensando considerações de caráter étnico-religioso. O outro – o estrangeiro, o diferente – não constitui uma ameaça. Como se vê, uma moabita é penhor de bênçãos na vida de uma judaíta.

6. O ponto de vista: quais são os sistemas de valores subjacentes?

O ponto de vista do narrador, correspondente aos pressupostos ideológicos e à hierarquia de valores, é um componente importante na arte da narração. Está inserido no texto de variadas maneiras e pode gerar simpatia ou antipatia do leitor em relação a determinado personagem.

A inserção do ponto de vista acontece por meio de *comentário explícito* ou *comentário implícito*. No primeiro caso, o narrador exprime com clareza o ponto de vista. No segundo, recorre ao não-dito, ou seja, à linguagem simbólica, à ironia ou ao mal-entendido.

Tomemos um caso no livro de Rute. De que maneira o narrador expressa o ponto de vista em relação às mulheres estrangeiras, simbolizadas por Rute, a moabita? Comentários explícitos, onde o pensamento do narrador esteja dito com toda clareza, são inexistentes. Se quisesse, teria meios de inseri-los. Também não se encontram comentários implícitos. O autor seguiu um caminho diferente para se posicionar: serviu-se dos personagens.

A narração é quase toda tecida de diálogos. As intromissões do narrador são poucas. Para detectar seu ponto de vista, a solução é analisar os personagens. O ponto de vista dos personagens a respeito de Rute representa o ponto de vista do narrador. Algo salta aos olhos: todos os judaítas, ao se referirem à moabita Rute, falam bem dela; ninguém ousa colocá-la sob suspeita. Os empregados de Booz frisam a capacidade de trabalhar. “Ela veio e trabalhou desde a manhã; agora, descansa um pouco na casa” (2,7). Este aspecto é confirmado duas vezes pelo narrador, ao observar que “ela respigou naquela lavoura até o entardecer; debulhou o que tinha recolhido e deu quase uma saca de cevada” (2,17); e “ela ficou com as empregadas de Booz até terminar a colheita de cevada e a colheita de trigo” (2,23). Apesar da dureza do trabalho, ficou firme até o fim, sem se deixar vencer pelo cansaço ou pela nostalgia da terra natal.

Booz frisa a dedicação total de Rute à sogra judaíta, viúva em terra estranha, a ponto de abrir mão dos valores mais caros – “teu pai, tua mãe e tua terra natal” – para acompanhá-la e viver junto “com um povo que até ontem não conhecias” (2,11). Numa segunda oportunidade, por ocasião do encontro noturno na eira, frisa-lhe a integridade moral. Vê com bons olhos Rute procurar o *goel*, que tinha direito de tomá-la como esposa, sem ir “à procura de jovens, quer pobres, quer ricos”. E mais, dá testemunho da boa-fama de Rute: “Toda a gente do meu povo que frequenta a porta da cidade sabe que és uma mulher de valor” (3,11).

Já no final da narração, o louvor de Rute fica por conta das mulheres de Belém. Recordam a Noemi que Rute deu mostras de valer mais que sete filhos (4,15).

As falas de Rute expressam também o ponto de vista do narrador a respeito dela. A resposta dada a Noemi é um exemplo de grandeza humana (1,16-17). Difícil-

mente um leitor ficará indiferente à reação de Rute diante da insistência de Noemi para convencê-la a voltar para casa. Essa primeira grande intervenção de Rute tem a força de captar a benevolência dos leitores. Na mesma direção, vai a humildade de Rute em relação a Booz: “...eu não sou, nem mesmo, como uma de tuas empregadas” (2,13). Bem como a disposição em seguir as orientações da sogra. “Tudo o que dissesse eu farei!” (3,5).

Quando, na narração, surge a possibilidade de falarem mal de Rute, o narrador encontra uma solução: fá-la sair da eira, onde passou a noite deitada junto com Booz, muito cedo, “antes que as pessoas pudessem reconhecer-se umas às outras”. A preocupação de Booz era uma só: “Não se saiba que a mulher veio à eira” (3,14). O narrador evita dar margem para a difamação da moabita Rute, que arrisca ser tida na conta de prostituta.

Em suma, o ponto de vista do narrador em relação à moabita Rute e, por extensão, a todas as estrangeiras do mesmo quilate, é muito positivo. Este juízo de valor passa as entrelinhas da narração.

Em relação à outra estrangeira, Orfa, o narrador abstém-se de fazer juízo de valor. Quando se decide a voltar para a casa da mãe, depois da insistência de Noemi (1,8.14), parece ter tomado uma decisão normal, razoável. O narrador evita fazer comparação entre a opção de Rute e a de Orfa, louvando uma e censurando a outra. Passa ao leitor a impressão de ter Orfa tomado uma decisão sensata.

Os eixos correspondentes ao contexto da narração contêm, também, elementos do ponto de vista do narrador em relação a cada um dos temas neles elencados.

Conclusão

A análise narrativa oferece uma chave de interpretação que permite ao leitor entrar em sintonia com o texto, pelo conhecimento dos recursos literários empregados pelo narrador no processo de produção. Trata-se de um método válido para textos narrativos. Estes, porém, podem ser interpretados a partir dos elementos oferecidos por outros métodos, cujas questões de fundo seguem diferentes direções.

O método da análise narrativa e os demais métodos de interpretação supõem de quem se avizinha dos textos bíblicos uma postura de leitor-intérprete. A ausência de atitude hermenêutica tem como resultado cair na armadilha do fundamentalismo ou do historicismo. A análise narrativa tem o mérito de aproximar o texto bíblico do leitor-intérprete atual ao mostrar como os autores bíblicos trabalharam de forma idêntica como trabalham os narradores atuais, tão distantes no tempo e no espaço.

Bibliografia

ALTER, R. *The Art of Biblical Narrative*. New York: Basic Books, 1981.

FOKKELMAN, J. P. *Comment lire le récit biblique*. Une introduction pratique. Bruxelles: Ed. Lessius, 2002 (Col. Le livre et le rouleau 13)

LINAFELT, T. “Ruth”, in LINAFELT, T. – BEAL, T.K. *Ruth and Esther*. Collegeville: The Liturgical Press, 1999 (Col. Berit Olam – Studies in Hebrew Narrative & Poetry).

MARGUERAT, D. – Bourquin, Y. *Les récits bibliques*. Initiation à l'analyse narrative. Paris-Genève-Montréal: Cerf-Labor et Fides-Novalis, 1998.

MARGUERAT, D. (ed.). *Quand la Bible se raconte*. Paris: Cerf, 2003 (Col. Lire la Bible 134).

MARGUERAT, D. "Entrer dans le monde du récit", in MARGUERAT, D. et alii, *Autour des récits bibliques*. Paris: Cerf, 2004, p. 6-22 (Cahiers Évangile 127).

MESTERS, C. *Rute*. Petrópolis: Vozes, 1986 (Col. Comentário Bíblico).

SKA, J.-L. "Le livre de Ruth ou l'art narrative biblique dans l'Ancien Testament", in MARGUERAT, D. (ed.), *La Bible en récits*. L'exégèse biblique à l'heure du lecteur. Genève: Labor et Fides, p. 41-72 (Col. Le monde de la Bible 48).

SKA, J.-L. "Our Fathers Have Told Us". Introduction to the Analysis of Hebrew Narratives. Rome: PIB, 1999 (Col. Subsidia Biblica 13).

SKA, J.-L. et alii, *L'analyse narrative des récits de l'Ancien Testament*. Paris: Cerf, 1999 (Col. Cahiers Évangile 107).

WÉNIN, A. *Le livre de Ruth*. Une approche narrative. Paris: Cerf, 1998 (Cahiers Évangiles 104).

ZAKOVITCH, Y. *Das Buch Rut*. Ein jüdischer Kommentar. Stuttgart: Verlag Katholisches Bibelwerk, 1999 (Col. Stuttgarter Bibelstudien 177).

Jaldemir Vitorio
Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – Planalto
31720-300 Belo Horizonte, MG
E-mail: jvitoriosj@cesjesuit.br